

Márcia Cristina Consolim

Raça e História na obra de Gustave Le Bon¹

Das origens sociais ao mundo intelectual parisiense

A trajetória intelectual de Charles-Marie Gustave Le Bon (1841-1931) é fundamental para se compreender sua obra. Mais conhecido por ter sido citado por Freud na *Psicologia das Massas e Análise do Ego*² do que propriamente por suas idéias, seu nome aparece atualmente em poucos manuais de psicologia social ou de sociologia dos movimentos sociais. Pouco se sabe sobre sua intensa e diversificada produção intelectual e sobre o significado de seus textos em sua própria época. Tampouco se conhece o estrondoso sucesso de suas obras ao longo do período que vai do início de sua produção intelectual, nos anos 1870, até sua morte, em 1931. A obra que o leitor tem em mãos ilustra bem esse fenômeno editorial: entre 1895, ano de sua publicação, e 1928, ela foi reeditada anualmente e totalizou 39.600 exemplares vendidos, um assombro para os padrões da publicação científica.³ Le Bon conquistou, inclusive, fama internacional, sua obra traduzida em mais de dezesseis línguas enquanto esteve vivo, o que causa estranheza quando se tem em conta o completo esquecimento em que o autor caiu após esse período. Morto o autor, a obra não resistiu. Um pouco de atenção a alguns aspectos de sua trajetória e de sua posição no campo intelectual ajudam a explicar esse aparente paradoxo e, mais do que isso, dão a chave do significado de sua obra no seu próprio tempo.

O pai de Le Bon era um “agente de hipotecas” (*receveur d’enregistrement*), uma função letrada, mas subalterna, numa cidade francesa pobre e de feições rurais, Nogent-le-Rotrou (Vale do Loire). Le Bon nasceu e fez os estudos primários na escola comunal dessa cidade e, posteriormente, migrou para Tours para fazer o secundário no liceu. Considerando-se que, no período, a educação burguesa era tarefa de um preceptor, sua vida foi marcada pelo deslocamento entre a falta de recursos econômicos e a ambição pelo cultivo das letras e da alta cultura, carência de capital econômico e, em conseqüência, cultural, que de certo modo marcou suas disposições intelectuais. Ele desenvolveu desde cedo um misto de ambição

¹ Este texto será publicado, com algumas modificações, como posfácio à obra *Psicologia das Multidões*, de Gustave Le Bon, pela editora Martins Fontes.

² Freud elogia a obra de Le Bon, mas reconhece que sua psicologia exprime uma visão conhecida sobre o assunto. Entre os vários desacordos, pode-se destacar a distância que toma do conceito de inconsciente fisiológico, bem como do papel do “contágio” na ação das multidões. FREUD, Sigmund, *Psicología de las masas y análisis del yo*, vol. 18. In *Obras Completas*. Armorrortu editores, Buenos Aires, 1978 [1920].

³ Cf. MARPEAU, Benoit, *Gustave Le Bon: parcours d’un intellectuel*, Paris, CNRS Éditions, 2000, p. 345

desmedida e de insegurança intelectual, o que preparou o terreno onde se desenvolveu uma trajetória de relativo sucesso, mas também de derrotas e ressentimentos. Segundo um amigo e pertencente ao seu círculo, Edmond Picard, Le Bon foi um aluno medíocre no primário e cumpriu, do ensino secundário e superior, apenas o mínimo necessário para passar pelos programas oficiais, insuportáveis segundo ele a uma natureza marcada pelo espírito de “independência” e de “originalidade”⁴. Este retrato de Le Bon é bastante significativo, pois foi o que o próprio autor adotou para enaltecer sua posição de “intelectual livre”⁵ diante da figura do pedagogo, professor de escola pública e, principalmente, da figura nascente do especialista, produto da universidade republicana. Visto pelas lentes das lutas no campo intelectual, esse discurso, como veremos, representa de maneira típica as posições conservadoras, ou seja, resistentes à especialização e à profissionalização do trabalho intelectual.

Le Bon vai para Paris nos anos 60 e não se sabe se obteve ou não o *baccalauréat*. De todo modo, ele conseguiu ingressar no curso prático de medicina (*officier de santé*) da Faculdade de Medicina de Paris - um curso mais rápido e de menor prestígio do que o de medicina e que seria extinto em 1892. Depois de cursar apenas dois anos de medicina, ou seja, metade do curso, ele solicitou ao Dr. Pierre-Adolphe Piorry, um grande nome da medicina da época, um falso certificado de conclusão do curso e, a partir de então, ingressou na carreira de vulgarizador científico ostentando o título “Dr. Le Bon”. Esse percurso era o mínimo necessário para credenciar o autor à atividade de escritor, uma vez que ele pretendia escrever sobre ciência para um público amplo, mas ser reconhecido como autoridade legítima. Fazia questão de assinar o “doutor” à frente do nome, o que revela grande preocupação com o prestígio social proveniente da titulação acadêmica. Um crítico dos títulos universitários que fazia questão de ostentar e mesmo de falsificar o seu: essa foi sua marca e uma das muitas contradições entre o vivido e o escrito.

Le Bon nunca exerceu a profissão de médico. Contudo, com a ajuda do Dr. Piorre, fez contatos que lhe permitiram trabalhar como voluntário na guerra franco-prussiana de 1870 na função de cirurgião-chefe de ambulatório de primeiros socorros. Por causa dessa participação recebeu o título de cavaleiro da Legião de Honra, em 1871⁶, e foi nesse contexto que definiu sua carreira futura: publicou em 1874 o livro *La vie: physiologie humaine appliquée à l'hygiène et à la médecine*, primeira obra de sucesso que revelaria o talento do futuro grande

⁴ PICARD, Edmond, *Gustave Le Bon et son œuvre*, Paris, Mercure de France, 1909, p. 10.

⁵ Christophe Charle denomina “intelectual livre” os autores que não têm vínculo institucional com a universidade. Cf. CHARLE, C., *Naissance des “intellectuels”: 1880-1900*, Paris, Minuit, 1990.

⁶ Cf. *Archives Nationales*, dossiê da Legião de Honra. Arquivos Gustave Le Bon.

vulgarizador científico. Após a experiência da guerra e, principalmente, da Comuna de Paris, Le Bon tornou-se pessimista em relação à evolução histórica, de modo que passou a interpretar tais fatos com base na “decadência da raça latina”, tese recorrente em suas obras de psicologia. Após esse período, Le Bon deixa para trás o otimismo em relação ao progresso social em sua integralidade e passa a adotar progressivamente uma visão pessimista e fatalista sobre a evolução social.⁷

Le Bon teve uma carreira intelectual bastante conturbada e instável. Sua origem social pequeno-burguesa lhe deu disposições que a vida de escritor de vulgarização científica só fez reforçar. Ambicioso antes do tempo para a sua posição social, uma vez que não pôde ser beneficiado por bolsas como a geração republicana e universitária que lhe sobreveio, era imperativo fazer sucesso entre o grande público, mesmo que à custa do desprezo por parte dos especialistas. Viveu desde os anos 70 de sua própria pena, o que exigiu um investimento enorme em relações pessoais e em contatos com editoras comerciais, impelindo-o à escrita de gêneros acessíveis ao público mais amplo e num estilo palatável ao leitor não especialista. Autor flexível, uma vez que dependia de demandas editoriais diversas, Le Bon escreveu sobre higienismo, antropologia, história das civilizações, psicologia social, política internacional, física, química, fotografia, tabaco e adestramento de cavalos⁸.

Nos anos 80, publicou uma série de obras sobre história das civilizações orientais, tema típico das publicações de vulgarização científica e com grande apelo visual, ilustradas por litografias e gravuras de monumentos, paisagens, artes e personagens exóticos.⁹ Para escrevê-las optou por visitar alguns países, tais como a Índia e o Nepal, e o fez tanto com recursos próprios quanto com subsídios governamentais, estes conquistados através da influência de Sadi Carnot, futuro Presidente da República e um parente distante. A pretensão desse tipo de publicação era resumir séculos de história de um determinado povo em algumas centenas de páginas e volumes, semelhante a uma enciclopédia ilustrada. O método seguido era o da descrição naturalista de tipos e paisagens (raça, meio geográfico, hereditariedade física e psicológica), instituições políticas e psicologia dos “grandes homens”. Através desses estudos Le Bon pretendia demonstrar sua tese sobre a importância do fator hereditário na mentalidade de um povo, bem como, nos moldes da filosofia da história francesa, enfatizar a importância dos líderes ou dos “grandes homens” para a evolução social.

⁷ MARPEAU, Benoît, op. cit.

⁸ Cf. Bibliografia ao final.

⁹ Cf. Bibliografia ao final.

Ao longo das últimas décadas do século travava-se um debate em torno das causas da evolução ou da civilização de um povo e as respostas dividiam-se entre os que consideravam o povo, tomado como um tipo médio, como fator evolutivo e os que, por oposição, enfatizavam o papel das elites. Le Bon defendia a segunda hipótese, ainda que por vezes adotasse a primeira para alfinetar as elites intelectuais que o desprezavam. Segundo ele, os fatores biológicos e psicológicos de uma raça são hereditários e, além disso, necessariamente nivelam e limitam a evolução dos “povos inferiores” ou os “grupos sociais inferiores” dos povos civilizados, tais como mulheres, crianças e classes populares. Por outro lado, apesar de não responsáveis ou mesmo impermeáveis ao progresso, as grandes crenças da massa da população seriam responsáveis pela coesão e pela estabilidade social, o que significa que as elites deveriam conhecê-las - a psicologia ou a mentalidade de um povo - para reduzir sua possível interferência (negativa) sobre a diferenciação ou individuação dos homens superiores. Ao enfatizar o caráter hereditário das crenças populares e a desigualdade psicológica entre elites e massas - em detrimento de sua ascensão pela educação - a teoria da Le Bon atingia o cerne da crença republicana na meritocracia e na “educação para a democracia”, o que lhe rendeu vários inimigos no campo do poder e no campo intelectual.¹⁰ Diante do caráter imutável do tipo “médio” da população, mal se entende como pode ocorrer evolução intelectual, processo caracterizado pela diferenciação de indivíduos favorecidos por uma inteligência superior e, portanto, legítimos representantes da “aristocracia intelectual”, mais especificamente, uma “(...) pequena elite de cientistas, inventores, artistas, escritores, grupo infinitamente restrito em relação ao resto da população, mas que é o único responsável pelo nível de um país na escala intelectual da civilização”¹¹.

Dois pontos merecem ser destacados nos estudos antropológicos e psicológicos de Le Bon: as conseqüências políticas de sua visão elitista e aristocrática do mundo e sua visão de ciência social. Ao adotar o modelo de coesão social das sociedades tradicionais, baseado na idéia de homogeneidade intelectual e social, projetando-o, sem mediação, sobre as classes populares das sociedades européias modernas, fez uma leitura depreciativa dos movimentos coletivos contemporâneos e, em especial, das lutas trabalhistas. Quanto à sua visão das ciências sociais, ela é típica da posição de “intelectual livre” que ocupa no campo intelectual, uma vez que valoriza a viagem e o conhecimento *in loco*, a importância do “vivido” e da “experiência”, em detrimento do “livresco”, ou seja, dos estudos dos especialistas. Essa

¹⁰ Sobre a relação entre a Terceira República e as teorias raciais, conferir REYNAUD-PALIGOT, Carole, *La République raciale – 1860-1930*, Paris, PUF, 2006.

¹¹ LE BON, Gustave, *Lois psychologiques de l'évolution des peuples*, Paris, Félix Alcan, 1894, p. 38.

oposição é estrutural ao campo das ciências sociais, pois representa a tentativa de legitimação de uma prática mais intuitiva e individualista do saber científico, que se pretende inovador, contra formas mais coletivistas e profissionais de trabalho intelectual.

Le Bon e o mundo universitário: da psicologia experimental à psicologia social

Com a consolidação da Terceira República francesa, ao longo dos anos 70, teve início um processo de laicização e de universalização do ensino, cujo marco são as leis de 1881 e 1882 que levaram o nome do então ministro da instrução pública, Jules Ferry, instituindo o ensino primário laico e obrigatório. Esse processo inaugurou disputas pelo controle da educação entre republicanos e católicos e, de maneira mais ampla, entre os defensores da escola pública e os partidários da escola particular, laica ou confessional. A questão é fundamental para se entender os debates da época e as posições no campo das ciências sociais: se, por um lado, a Terceira República inaugurava uma relativa democracia no recrutamento tradicional das elites, por outro lado, estas questionavam os benefícios da educação pública com o apoio da teoria social. Na universidade, essa polarização se deu principalmente entre, de um lado, a filosofia espiritualista ou católica e, de outro lado, os evolucionistas ou positivistas, críticos da tradição intelectual espiritualista. Nessa oposição, a “psicologia” foi utilizada por ambos os lados como arma de combate.

Até a década de 70, a psicologia era um tópico da disciplina de filosofia e seu conteúdo versava sobre as clássicas diferenças entre as faculdades da memória, razão e imaginação, programa instituído por Victor Cousin nos anos 30¹². Como método de estudo adotava a introspecção, uma vez que pressupunha que os fenômenos da consciência eram imediatamente acessíveis ao filósofo. Foi ao longo dos anos 70 que Théodule Ribot, normalista e doutor em letras, deu início a uma série de publicações que visavam combater o espiritualismo psicológico e inaugurar a psicologia experimental ou positiva, ou seja, uma psicologia baseada em fatos fisiológicos ou patológicos. A mais importante delas foi, sem dúvida, a *Revue philosophique*, revista fundada por ele em 1876 e considerada um bastião da psicologia científica, ainda que publicasse artigos de espiritualistas uma vez que, segundo Ribot, não se pretendia uma “revista de escola”. Uma década depois a psicologia experimental

¹² A psicologia eclética foi dominante no ensino desde os anos 30, através de seus representantes Victor Cousin, Theodore Jouffroy e Adolphe Garnier. Sobre a psicologia no secundário, cf. FABIANI, Jean-Louis, “Le Bon Programmes, les hommes et les oeuvres: professeurs de philosophie en classe et en ville au tournant du siècle”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 47, 1983, pp. 47-48. Sobre a importância da filosofia nesse período cf. FABIANI, Jean-Louis, *Les Philosophes de la République*, Paris, Minuit, 1988.

se institucionaliza no ensino superior: em 1885, uma cadeira de Psicologia Experimental é criada para Ribot na *Sorbonne* e, em 1888, outra de Psicologia Experimental e Comparada no *Collège de France*, com o empenho de seu administrador, Ernest Renan. Do fim da década de 80 ao início do século seguinte, laboratórios, revistas e sociedades científicas foram criados na área de psicologia experimental, psicopatologia e psicofisiologia. A psicologia se consagrava como disciplina médica, mas também se beneficiava de seu parentesco com a tradição filosófica.

As teorias científicas adotadas por Le Bon mostram que ele estava afinado à vanguarda política e intelectual que, nos anos 60, combateu o espiritualismo e o catolicismo. Em linhas gerais, pode-se dizer que, dos anos 60, ele herdou o liberalismo econômico do Segundo Império, dos 70, o evolucionismo de Herbert Spencer e, dos 80, a psicologia de Ribot e da *École de Nancy*. Além disso, a visão conservadora de Hippolyte Taine, presente em seus escritos desde o início dos anos 70, tais como no artigo *Psicologia do Jacobino*, impregnou sua concepção sobre os movimentos sociais¹³. O coquetel de teorias sociais que acumulou nessas décadas foi posto em prática a partir dos anos 90, quando passou a escrever uma série de obras de psicologia social que podem ser enumeradas por ordem de publicação: *Leis Psicológicas da Evolução dos Povos* (1894), *Psicologia das Multidões* (1895), *Psicologia do Socialismo* (1898), *Psicologia da Educação* (1902), *A Psicologia Política e a Defesa Social* (1910) e *a Revolução Francesa e a Psicologia das Revoluções* (1912). A psicologia era uma matéria adequada para servir às lutas de Le Bon no campo intelectual, pois nos anos 90 ela passou a ter prestígio no debate público, ao mesmo tempo em que, como disciplina, mantinha um programa de pesquisa eclético, a meio passo entre a filosofia e a medicina. Seu prestígio social nesse período foi tão amplo que influenciou até mesmo o campo literário através do romance psicológico, gênero que pretendia fazer análise psicológica de fatos da vida pública ou privada com base nas “ciências mentais” – neurologia, psiquiatria e psicologia –, ou seja, nos ensinamentos de Taine, Ribot, Charcot e Bernheim.

Le Bon tornou-se amigo de Ribot nos anos 70, provavelmente nos meios da medicina mental e, desde 1877, passou a publicar em sua revista; com seu apoio inaugurou, em 1893, o primeiro de seus salões, o *Banquet des XX*, e com suas redes formou, a partir de 1902, parte do catálogo de sua coleção na Flammarion. Através de Ribot, Le Bon entrou em contato com outras revistas e personalidades ligadas à editora Félix Alcan, entre elas a *Revue scientifique*, dirigida por Charles Richet, professor de fisiologia da Faculdade de Medicina de Paris. Ao

¹³ Taine publicou *La Psychologie du Jacobin* em 1871, no contexto da guerra franco-prussiana e da Comuna de Paris, artigo pessimista que posteriormente incorporou a *Origines de la France contemporaine*.

contrário da *Revue philosophique*, tipicamente universitária, a revista de Richet publicava ciência de vulgarização e não foi por acaso que Le Bon publicou, até 1910, apenas 8 artigos na primeira e 52 na segunda. Le Bon também conseguiu publicar três obras de psicologia na prestigiada coleção *Bibliothèque de philosophie contemporaine* da Alcan. Como forma de retribuição, mas também estratégia de ascensão intelectual, Le Bon dedicou as *Leis Psicológicas da Evolução dos Povos*, de 1894, a Richet e *Psicologia das Multidões*, de 1895, a Ribot. Apesar de não ser um colaborador de primeiro plano nessas revistas, a afinidade entre suas idéias contribuiu para essa aproximação. Afinal, Le Bon era, como o grupo ligado a Ribot, um evolucionista de filiação spenceriana; adotava a noção de inconsciente cerebral dos fisiologistas e neurologistas; acreditava na hereditariedade como fator fundamental da psicologia individual ou coletiva; estabelecia uma hierarquia evolutiva e mental entre as funções complexas e superiores do cérebro e as funções inferiores ou afetivas; via na patologia uma forma de regressão do voluntário e consciente ao automático e instintivo e, finalmente, considerava a dimensão afetiva mais importante do que a racional na psicologia de um povo. Essas tomadas de posição e, mais do que isso, o fato de Le Bon defender a hegemonia da psicologia em ciências sociais, fez com que recebesse o apoio desses e de outros universitários pertencentes ao campo das “ciências mentais”, por oposição à crítica demolidora que recebeu por parte dos especialistas de outras áreas das ciências sociais. Na abertura do IV Congresso de Psicologia, realizado em Paris, em 1900, Théodule Ribot abre o evento com uma apresentação sobre a produção psicológica européia e americana desde 1889 e faz a seguinte classificação das várias subáreas e áreas afins ao conhecimento psicológico: 1) neurologia; 2) psicofísica (estudos sensoriais); 3) estudos sobre a memória e a associação; 4) estudos sobre a atenção e as emoções; 5) estudos sobre as operações lógicas; 6) psicologia patológica; e 7) psicologia social¹⁴. Neste último tópico, Ribot indica Le Bon como um de seus representantes, juntamente com Gabriel Tarde, e dá seu aval às teses sobre psicologia das multidões de ambos os autores. Em 1902, Ribot apresenta de maneira elogiosa a *Psicologia das Multidões* à *Academia de Ciências Morais e Políticas*, instituição a mais consagrada no campo intelectual francês do período.

O elitismo de Le Bon deve muito ao desenvolvimento das ciências mentais ao longo do século XIX. A ruptura radical entre dois mundos, o da inteligência e o dos instintos, não era específica a Le Bon, mas fazia parte das categorias da percepção presentes na cultura médica francesa, pois constitutivas da vida social e profissional desses meios. Entre as

¹⁴ RIBOT, Théodule, “La psychologie de 1896 à 1900”, in *IV Congrès de Psychologie*, Paris, Félix Alcan, 1901.

clínicas privadas e os hospitais públicos havia uma diferença social profunda que as históricas de Jean-Marie Charcot tão bem encenaram. Os profissionais ligados à medicina mental atendiam as classes populares em hospitais públicos, mas as classes altas em clínicas particulares, tratamentos estes em que, ao contrário dos primeiros, esperava-se uma participação ativa do próprio paciente na cura. Ora, os conceitos com os quais Le Bon estabeleceu essa ruptura radical - “imitação”, “sugestão”, “hipnose” e “contágio” - foram importados da medicina mental, ainda que usados em sentidos diversos pela *École de la Salpêtrière* de Charcot e pela *École de Nancy* de Bernheim. Em suas obras de psicologia, Le Bon adotou a teoria de Bernheim, para quem a hipnose era um processo de sugestão por parte do médico (ou alguém de prestígio) sobre qualquer indivíduo, através da manipulação da “imaginação” do paciente, sugestionando-o por idéias, imagens ou atos. Reconhecia-se nos meios da medicina mental que mulheres, crianças, povos primitivos e a “massa do povo” eram mais sugestionáveis, uma vez que sua capacidade racional era considerada menor. A sugestão era, portanto, um fenômeno equacionado numa relação hierárquica e associado ao inferior na ordem dos processos mentais e sociais. Essa teoria dividia o mundo em duas posições intelectuais e sociais praticamente incomunicáveis: de um lado, as funções “inconscientes, mecânicas, automáticas e inatas” e, de outro lado, as “racionais, refletidas, voluntárias e intelectuais”. Nesse sentido, é possível dizer que a explicação psicológica dos fenômenos sociais representou uma posição conservadora em relação às teorias sociais concorrentes, uma vez que aderiu a categorias cognitivas estritamente hierárquicas e individualistas num momento em que as práticas e as teorias sociais já se baseavam no estudo das estruturas e das instituições sociais.

A teoria da escola de Nancy teve impactos importantes sobre outra área do conhecimento social, a criminologia, disciplina e temática que fez bastante sucesso nos anos 80 e 90 na França. À época havia um debate entre a escola italiana de antropologia criminal e a escola francesa de criminologia e, ainda que ambas aceitassem os fatores biológicos (do criminoso) na explicação do crime, a escola de Lyon enfatizava as causas “sociais” do crime, tais como a profissão e a influência da multidão. A teoria de Nancy permitia classificar uma nova categoria de crimes: os cometidos sob o efeito da hipnose. Em multidão se poderia induzir pessoas de boa índole aos atos os mais bárbaros porque nessa situação os indivíduos perderiam a capacidade de raciocinar e estariam suscetíveis a estímulos emocionais/instintivos por parte de líderes de prestígio. A hipótese da hipnose e, principalmente, da hipnose coletiva colocava em cheque, até certo ponto, as teses jurídicas clássicas sobre a responsabilidade moral do criminoso, pois se o crime era cometido num

estado pré-consciente, não se poderia em princípio atribuir culpa ao criminoso. Nos anos 90, com os atentados anarquistas, as greves trabalhistas e a fundação de sindicatos, a “questão social” foi o problema por excelência da psicologia das multidões, uma vez que se tratava de saber como responsabilizar criminalmente um grupo de ativistas políticos de *status* diferenciado, mas também como compreender suas “crenças políticas”, tratadas por Le Bon como, por princípio, irracionais. Não é à toa que as primeiras psicologias foram escritas por juristas tais como Gabriel Tarde, na França, e Scipio Sighele, na Itália. Gabriel Tarde havia publicado, em 1892 e 1893, dois artigos sobre a criminalidade das multidões e Scipio Sighele, criminologista pertencente à escola de antropologia criminal de Lombroso, uma obra chamada *A Multidão Criminosa [La Folla delinquente]*, em 1891, traduzida pela Alcan em 1892. Ao publicar a *Psicologia das Multidões*, Le Bon adotou muitas das idéias de seus antecedentes e as adaptou às suas teses sobre a hereditariedade da raça e das crenças coletivas, o que gerou uma disputa acirrada pela precedência intelectual da teoria¹⁵. Le Bon pretendia valorizar a “moralidade” das multidões e não apenas suas disposições criminosas, mas acabou por enfatizar o caráter inconsciente da ação coletiva e a irresponsabilidade penal de parte desses movimentos, na linha de Cesário Lombroso. Apesar de alguns atritos em razão da propriedade intelectual da teoria, as relações entre Le Bon e Gabriel Tarde se mantiveram, até a morte do último, em 1904, nos limites da cordialidade, uma vez que Tarde freqüentava seus banquetes e correspondia, até certo ponto, a algumas de suas solicitações. No fim do século, contudo, Tarde defendeu uma visão mais otimista do progresso social, afirmando, contra Le Bon, que o mundo moderno não deveria ser visto como a “era da multidão”, ou seja, de irracionalidade coletiva, mas sim como a “era da opinião”, uma vez que o indivíduo racional seria um dos aportes dos meios de comunicação de massa.¹⁶

Apesar do apoio de Ribot e de outros representantes das “ciências mentais” a Gustave Le Bon e a Gabriel Tarde, a psicologia social não conseguiu se institucionalizar como disciplina, revista ou sociedade científica nesse período. Isso porque, entre outras razões, era um discurso típico dos “intelectuais livres”, ou seja, sem credenciais acadêmicas, e tinha que enfrentar outros tantos discursos concorrentes para se legitimar, desde as disciplinas estabelecidas, tais como a história e a filosofia, as recém-instituídas, tais como a economia e a estatística, até aquelas que estavam em via de institucionalização, tais como a sociologia. Nos anos 90, enquanto Gabriel Tarde se batia contra a sociologia durkheimiana, Le Bon enfrentava Ernest Lavisse e a historiografia política e social. *A Psicologia das Multidões é*

¹⁵ Sobre a polêmica da prioridade, cf. BARROWS, Susanna, op. cit., cap. VI, pp. 123-143

¹⁶ TARDE, Gabriel, *A Opinião e as Massas*, São Paulo, Martins Fontes, 1992, p. 37.

bastante ilustrativa nesse sentido: toda a primeira parte da obra é dedicada a demonstrar que a historiografia universitária ou republicana é falsa e a pôr na cena histórica povos fanáticos e bárbaros no lugar de líderes e massas racionais. Ao mesmo tempo, Le Bon criticava a economia política por sua crença na universalidade do *homo economicus* racional. Desse modo, Le Bon mantinha o discurso sobre o “social” sob a dominação das ciências naturais, tanto por redução à psicologia coletiva quanto à antropologia. Ora, nos anos 90 esse vínculo estava se esgarçando, uma vez que o naturalismo sociológico e o organicismo foram atacados por várias correntes pedagógicas e universitárias. Nessa década, a proliferação de revistas, coleções, cursos, e sociedades científicas na área sociológica, econômica e histórica fez com que novos paradigmas científicos se estabelecessem em detrimento do biológico e do psicológico. Baseada num conhecimento generalista e fundado na hereditariedade, a psicologia leboniana desconsiderava o avanço da especialização científica e da autonomia disciplinar no campo das ciências sociais e, por ser fatalista ou ao menos anti-reformista, afrontava as crenças republicanas no progresso social pela educação.

A antropologia republicana procurava moderar o fator “racial” enfatizando a importância do “meio” ou da “educação” na evolução de um povo, o que significa que era otimista em relação à civilização de todas as raças e condições sociais. Além disso, adotava as teses lamarckianas de transmissão às gerações futuras de caracteres adquiridos, o que abria possibilidades de mudança do caráter de um povo pela reforma social. Ora, para Le Bon, as instituições européias não poderiam ser implantadas nas colônias porque a inferioridade de uma raça era impermeável à aquisição de traços civilizatórios, ou seja, ele negava a evolução por contato/contágio e pela educação. Além disso, ele afirmava que as nações européias eram provenientes de raças distintas - o que dava força às correntes e movimentos nacionalistas e xenófobos, pelo que ficou conhecido como “darwinista social”, expressão pejorativa à época e indicativa de adesão à tese do conflito racial. Em 1894, ao publicar um artigo na *Revue scientifique* em que pretendia demonstrar a necessidade da guerra e, mais do que isso, seus benefícios para a evolução de um povo, foi alvo de protesto imediato pelo diretor da revista, Charles Richet, que lamentou vivamente as opiniões do autor, eximiu a revista de qualquer responsabilidade e, por oposição, defendeu o valor da “humanidade”¹⁷. Este termo estava então associado ao grupo que valorizava os benefícios da Revolução Francesa, da República,

¹⁷ LE BON, G., “Le rôle des idées dans l'évolution des peuples”, *Revue scientifique*, maio-junho, 1894. RICHET, Charles, « La Guerre et la civilisation : réponse à M. Gustave Le Bon », *Revue scientifique*, maio-junho, 1894.

da soberania popular e do homem universal por oposição às hierarquias sociais irredutíveis difundidas pelas teorias estritamente raciais.

No caso de Le Bon, é importante atentar para a ambigüidade do conceito de “multidão” e sua relação com o termo “raça”. A “raça” ou “raça histórica” significa o conjunto de características biológicas e psicológicas estáveis de um povo ou nação - e que Le Bon reconhece como fruto de um longo processo de miscigenação de várias raças “puras” em sua origem. Os países mais estáveis, tais como a Inglaterra, teriam sintetizado há mais tempo a mistura racial, razão pela qual, entre eles, haveria maior estabilidade social por oposição à psicologia das raças latinas. O termo “multidão”, contudo, tem ao menos duas acepções distintas: ora tem um sentido pejorativo, ou seja, significa uma situação de decadência caracterizada pelo fim das grandes crenças que sustentam uma raça ou civilização, ora apresenta simplesmente um sentido descritivo, definido pelo tipo de sociabilidade através da qual se expressa a própria “alma da raça”. Neste sentido, Le Bon reconhece que cada indivíduo traz algo de sua raça para o comportamento multitudinal, de modo que, quanto mais estável a (psicologia da) raça, menos fanática ou bárbara a multidão formada por seus membros. No sentido pejorativo, como grupo biológica ou psicologicamente inferior, o termo “multidão” poderia também ser traduzido por “populacho” ou “plebe”, mas não por “massa”, uma vez que, nos anos 90, a palavra se tornou apanágio das esquerdas e desapareceu das obras dos republicanos de todos os matizes. Após 1895, Le Bon usa por vezes a expressão “massa do povo”, mas dificilmente o termo “massa” isoladamente.

A “Multidão” como crítica à raça latina, ao Estado e à escola republicana

Apesar de reivindicar a herança materialista e positivista dos intelectuais dos anos 60, a psicologia leboniana rompeu com algumas de suas teses centrais a partir dos anos 90, em parte porque sua posição no campo intelectual se distanciava cada vez mais da dos herdeiros de Taine, portadores de carreiras universitárias. Ainda que o autor recorresse a teorias científicas reconhecidas, o caráter militante de suas obras jogava contra o anseio por legitimidade científica nos meios mais especializados. Suas obras de psicologia são orientadas por uma pergunta clássica - inquirir sobre as causas da grandeza e da decadência de uma civilização ou raça - e por uma função social - tirar lições para a condução da vida pública. A obrigação do trabalho publicista e o ímpeto de se tornar um intelectual público fez com que sua psicologia se tornasse um instrumento de suas concepções políticas, e estas, uma função de sua posição no campo intelectual. Para quem não tinha credenciais acadêmicas e não

poderia fazer carreira universitária, como é o caso de Le Bon, havia duas possibilidades de ascensão intelectual no período: obter o apoio dos republicanos da administração escolar - o que significava obter subvenção ou subscrição de obras para as bibliotecas públicas e mesmo indicação para postos de ensino fora da universidade, caso do *Collège de France* - ou o apoio do patronato social ou da cultura. Em ambos os casos, isso implicava afinidades político-ideológicas e a capacidade de acumular capital social, ou seja, de formar uma rede de relações pessoais para otimizar oportunidades. Le Bon não tinha, como se viu, afinidade ideológica com os intelectuais do poder republicano e, além disso, perdeu paulatinamente seu capital de relações pessoais no meio pedagógico. O fim do século consolidou o distanciamento de Le Bon dos meios da educação pública e a adesão cada vez mais explícita aos valores e práticas intelectuais do patronato e da edição comercial. Com a fundação de seus dois banquetes, passou a receber personalidades do mundo político e patronal e se distanciou dos meios universitários e dos republicanos progressistas. A *Psicologia das Multidões*, de certo modo, havia preparado o terreno para esse deslocamento.

Como escritor de livros para o grande público e cujo prestígio se funda no discurso da “vivência” e da “experiência” - por oposição tanto ao conhecimento especializado quanto à formação clássica dos manuais escolares -, Le Bon defendeu pedagogias mais pragmáticas e escolas privadas com vocação profissionalizante. Ele não estava sozinho nessa posição: a tese do “intelectual proletário”, ou seja, da “superprodução de diplomas”, se generalizou nos meios literários e jornalísticos, o que demonstra que elas serviam à luta dos escritores contra os titulados ou, em nível institucional, dos dirigentes de escola privada contra as iniciativas estatais de controle e profissionalização da prática intelectual.¹⁸ Daí se entende a crítica do autor ao otimismo republicano ligado à ascensão intelectual da massa da população ou à melhoria de sua consciência política. O aumento dos diplomados gerava maior competição no campo profissional e, além disso, era percebido como desvalorização dos que não ostentavam títulos, imagem depreciativa que eles projetaram sobre os novos admitidos. Nesse sentido, a *Psicologia das Multidões*, publicada em 1895, foi um marco político e intelectual inegável, pois de certo modo preparou as lutas do final do século, antecipando a ruptura, nos meios intelectuais, entre um pólo pedagógico e público e outro jornalístico e privado. Os intelectuais que viviam da própria pena e estavam ligados ao mercado editorial, tais como Le Bon, tenderam a adotar visões políticas liberais e antidemocráticas, enquanto os pedagogos preferiram reconhecer a importância do Estado e da educação pública na formação cívica.

¹⁸ Sobre o « intelectual proletário » conferir RINGER, Fritz, *Fields of Knowledge. French Academic Culture in Comparative Perspective, 1890-1920*, Paris. Maison des Sciences de l’Homme, 1992.

Essa clivagem se aprofundou com o surgimento, nos anos 90, de uma esquerda universitária na própria elite do sistema educacional republicano - a *École Normale Supérieure* -, bem como com a eleição, ao Parlamento, de uma maioria socialista. Do ponto de vista dos que não foram beneficiados pela escola republicana e não tinham prestígio como os universitários, esse fenômeno era uma oportunidade única para atacar a escola pública como responsável pela formação de uma cultura do “desenraizamento” e do conflito social. E isso tanto mais quanto os intelectuais do poder se mostravam pacientes ou relativamente generosos com os intelectuais socialistas, o que permitia aproximar os republicanos do poder e a escola pública do radicalismo político. O movimento contrário à escolarização em massa surgiu exatamente nesse contexto como estratégia dos intelectuais livres, tais como Le Bon, contra a educação “cultura” ou a instrução “especializada” - leia-se, contra o ensino de filosofia/história no secundário e contra a sociologia/ciência social universitária. Segundo a *Psicologia das Multidões*, a instrução não tornaria os homens mais felizes ou morais, pois não mudaria seus instintos ou paixões hereditárias; além disso, poderia até mesmo produzir o aumento da criminalidade e instigar o conflito social – algo que os anarquistas, formados pelas escolas públicas republicanas, supostamente demonstrariam de maneira cabal.¹⁹ Le Bon defendeu reformas educacionais para minimizar a falta de iniciativa da mentalidade latina, ainda que considerasse o poder da educação muito pequeno em comparação ao da hereditariedade. Segundo ele, o ensino privado ou “livre”, promovido pelo patronato, deveria ser incentivado em detrimento do público, as carreiras profissionalizantes valorizadas em detrimento do conhecimento abstrato, a formação voltada às questões práticas em detrimento do ensino clássico e a virilidade promovida através do esporte - de modo a adaptar o povo francês ao espírito da competição econômica mundial.

O movimento em favor da escola privada contra a republicana, expresso pela *Psicologia das Multidões*, era correlato à adoção de uma visão liberal ou anglófila, uma vez que os pedagogos tinham legitimidade como representantes da “cultura francesa”. Para Le Bon, a Inglaterra era o país da “liberdade” por oposição à França, que se mantinha sob o ideal da “igualdade”, ou seja, da democracia e do socialismo. Em todas as suas obras de psicologia, Le Bon passou a identificar ou, ao menos, a aproximar, a democracia e o socialismo, e a considerar ambas as teorias expressão de crenças vagas, fantasiosas e típicas da “raça latina”. A culpa pela “decadência da raça latina” seria da própria elite política, uma vez que a ascensão das idéias igualitárias era devida, num primeiro momento, à tolerância dos

¹⁹ LE BON, Gustave, *Psicologia das Multidões*, p. 54 [edição PUF 1963]

governantes e, num segundo momento, à adesão (irracional) das elites políticas aos ideais populares. É assim que Le Bon explica a Revolução Francesa e é desse mesmo modo que ele passou a ver o crescimento do Estado social na última década do século XIX. Com base na tese clássica de Tocqueville sobre a centralização do Estado²⁰, ele afirmava que o aumento das funções estatais era um movimento característico da mentalidade da raça latina e que, ao mesmo tempo, era um indício de sua decadência. Ou seja, um processo considerado uma fatalidade, parte da constituição natural do povo, e uma patologia a ser corrigida ou minimizada, contradição apontada por vários críticos de sua obra. Nesse mesmo sentido, o socialismo era considerado por ele uma das “crenças” da raça latina, comparável ao catolicismo e à democracia, bem como uma opinião típica de certas ocupações estatais, principalmente de funcionários e de universitários, a ser erradicada. Essa constituição “acomodada” da raça seria demonstrada pelo próprio ímpeto do povo francês de conseguir emprego público e pelo desprezo em relação à iniciativa privada. Uma vez que era impossível ao Estado absorver a “superprodução de diplomados”, as ambições não atendidas eram o caldo de cultura em que se desenvolveria a revolta, a criminalidade e a adesão ao socialismo. Os líderes populares eram recrutados, portanto, entre os diplomados cujas ambições foram frustradas pelo Estado.²¹

Nesse sentido, pode-se afirmar que as crises pessoais que atravessam a trajetória intelectual de Le Bon iluminam as transformações intelectuais de uma época. Sua trajetória e seus textos revelam oposições entre figuras intelectuais em crescente processo de polarização: o “intelectual burguês”, ligado aos salões parisienses, o “intelectual público”, dependente do mundo da edição ou da educação e, finalmente, o “especialista universitário”. Por trás dessas figuras, oposições intelectuais, ou seja, espaços sociais em competição por legitimidade. Como intelectual público, mas crítico da educação republicana, restava a Le Bon aderir às representações associadas ao patronato liberal.

Le Bon é um autor ancorado no seu tempo e que se preocupou em entender e a escrever para seu próprio tempo, ainda que tenha inspirado líderes políticos tais como Mussolini ou Hitler. Por mais que ele enfatizasse a “irracionalidade” das ações humanas, essa era antes uma estratégia voltada à crítica das elites pedagógicas e republicanas, como procurei mostrar, do que uma teoria sociológica “pura” ou uma adesão política ao “líder

²⁰ TOCQUEVILLE, Alexis de, *O Antigo Regime e a Revolução*, Brasília, UNB, 1997

²¹ Veja-se, por exemplo, uma frase exemplar que poderia ter saído da pena de Le Bon: “Todos esses pequenos funcionários, advogados sem causa e médicos sem doenças, cuja instrução universitária formou ambições e cuja servidão social fez revoltados se tornaram maravilhosos agitadores da miséria popular.” BERENGER, Henri et alli., *Les Proletaires intellectuels en France*, Paris, La Revue, 1898, p. 29

carismático”²². Le Bon manteve a crença na capacidade evolutiva dos níveis superiores das camadas sociais e, principalmente, nas elites intelectuais e científicas, criticando o que considerava um aprisionamento da “razão” pela instituição universitária ou pedagógica. Por outro lado, é inegável seu desprezo por certos grupos sociais: as crianças, os povos primitivos, as mulheres e as classes populares são para ele não apenas seres inferiores, ou seja, dominados pelos instintos e pela constituição biológica e mental da raça, mas também, e essa é uma diferença importante em relação aos pedagogos e universitários, incapazes de evolução no sentido da individualidade ou da racionalidade.

Os estudiosos de Le Bon divergem enormemente sobre como classificá-lo em termos políticos. Ele foi considerado desde um liberal-democrata até um proto-fascista, multiplicidade que se compreende uma vez que o texto leboniano está orientado muito mais para a intervenção no seu próprio tempo do que para a elaboração de uma teoria internamente coerente. Por essa razão, os trabalhos com maior sensibilidade histórica avançaram mais no debate, tais como o de Robert Nye e o de Benoit Marpeau. Para o primeiro, Le Bon teve uma fase positivista e liberal-conservadora até o fim do século, mas guinou à direita e ao pensamento autoritário ao aceitar, após 1902, a religião como princípio da coesão social. A defesa de um “ideal comum” e da “devoção patriótica das multidões” seria um primeiro passo na direção do que, posteriormente, seria produzido pelo pensamento fascista²³. Marpeau, pelo contrário, afirma que não encontrou nos textos e nos meios sociais de Le Bon nenhum empreendimento de manipulação das multidões e que todo projeto de intervenção social se reduziu à educação, sempre com a preocupação de construir a individualidade.²⁴ O estudo de Marpeau me parece definitivo. A crença na racionalidade individual está de tal forma arraigada no meio social de Le Bon que não se pode, sem cometer anacronismo, considerá-lo um teórico da sociedade de massas ou um ideólogo da dominação das massas no sentido que lhe dará o século XX.

Le Bon adotou a representação social correspondente à sua posição no campo. Participava de um mundo em que cada vez mais era difícil se manter e ter prestígio sem o aporte das instituições públicas de ensino. Nesse sentido, o discurso da “decadência da raça

²² Também não se deveria identificar o “líder” de Le Bon ao carisma weberiano, uma vez que a capacidade do líder leboniano é individual e o processo de sugestão hipnótica uma relação causal, por oposição ao carisma weberiano que resulta de uma relação social significativa. Cf. WEBER, Max, *Economia y sociedad*, México, Fondo de Cultura, 1997, p. 19

²³ NYE, Robert, *An Intellectual Portrait of Gustave Le Bon: A Study of the Development and Impact of Social Scientist in Historical Setting*, PhD. Dissertation in Sociology, Maddison, University of Wisconsin, 1969. IDEM, *The Origins of Crowd Psychology: Gustave Le Bon and The Crisis of Mass Democracy in the Third Republic*, London, Sage Publications, 1975 (Sage Studies in 20th Century History, vol. 2).

²⁴ MARPEAU, Benoit, op. cit., p. 336

latina” e das “multidões latinas” deve ser entendido no contexto do desmembramento entre as elites econômicas, políticas e intelectuais e, ao mesmo tempo, do surgimento de novas figuras intelectuais orientadas à especialização e à cultura “científica” no âmbito das ciências sociais. Esse discurso é, portanto, parte da luta pela legitimidade do conhecimento sobre o “social” num momento de ascensão de novas práticas e representações intelectuais contrárias àquelas sustentadas pelo autor, ou seja, relativamente mais autônomas em relação ao poder social.